



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

**ATA NÚMERO 241/XII/4.ª SL**

**07.abril.2015 – 15h00**

Aos 7 dias do mês de abril de 2015, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 10, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

**1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

**2. Aprovação de ata**

**3. Comunicações do Presidente**

**4. Audiência ao Conselho Nacional de Ética e Deontologia Médicas da Ordem dos Médicos - 15h00**

**5. Projeto de Lei n.º 812/XII/4ª (PS)** Define um regime de pagamento faseado das propinas devidas pelos estudantes do ensino superior e cria um regime especial de pagamento por beneficiários de bolsas de ação social, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto.

- **Apreciação do parecer**
- **Deputado autor do parecer:** Duarte Marques - PSD

**6. Petição n.º 487/XII/4ª da iniciativa de Duarte Alvelos Bénard da Costa** “Tolerância corretiva para a não utilização do Acordo Ortográfico de 1990 nos exames nacionais”.

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Deputado (a) Relator (a):** PCP

**7. Petição n.º 489/XII/4ª da iniciativa de Ricardo Filipe do Souto Teixeira** “Em defesa, salvaguarda e reabilitação do Castelo de Monforte de Rio Livre em Chaves”.

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Deputado (a) Relator (a):** PSD

**8. PROPOSTA DE DECISÃO DO CONSELHO** Relativa à assinatura, em nome da União Europeia, da Convenção do Conselho da Europa sobre a Manipulação de Competições Desportivas no que diz respeito a questões não relacionadas com o direito penal substantivo e com a cooperação judiciária em matéria penal – **COM (2015) 84**

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputado autor do parecer:** Amadeu Albergaria – PSD

**9. Relatório da participação de membros da CECC na reunião interparlamentar** “Empowering women and girls through education” em Bruxelas 5 de março de 2015

- **Apreciação**

**10. Outros assuntos**

**11. Data da próxima reunião**

08 de abril de 2015

14 de abril de 2015

---

### 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

### 2. Aprovação de ata

A ata nº 240, relativa à reunião de 31 de março de 2015, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

### 3. Comunicações do Presidente

- 3.1. O Sr. Presidente transmitiu que baixou à Comissão o Projeto de Lei n.º 840/XII (PS) - *Procede à 1.ª Alteração à Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, procedendo à alteração das regras de inventariação, de expedição e de exportação de obras e altera a taxa de IVA aplicável ao restauro de bens móveis culturais*. Encontrando-se o mesmo agendado para discussão em Plenário no dia 10 de abril, a Comissão não emitirá o respetivo parecer, por manifesta falta de tempo.
- 3.2. Recordou que se encontra agendado, para o dia 9 de abril, pelas 18h00, mais uma edição do Café de Ciência subordinado ao tema “Biotecnologia: desafios na manipulação da vida”. Deu ainda conta dos participantes inscritos e sublinhou a importância da presença dos Senhores Deputados, por se tratar de uma iniciativa da Comissão. Solicitou, por último, a remessa de questões, para envio prévio à Ciência Viva, para poderem ser respondidas, no dia, pelos especialistas presentes.
- 3.3. O Sr. Presidente referiu ainda que foi distribuído a todos os Deputados o Relatório “Portugal na União Europeia – 2014”, cujo parecer deverá ser remetido à Comissão de Assuntos Europeus até 30 de abril. Assim, a apreciação do parecer nesta Comissão foi agendada para a reunião de 28 de abril, cabendo ao BE a indicação do autor do parecer.
- 3.4. Lembrou que a Audição Pública sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2015 se encontra agendada para 9 de abril, às 09h30, na Sala do Senado.
- 3.5. Fez ainda referência às visitas do Grupo de Trabalho da Indisciplina em Meio Escolar, agendadas para os dias 13 e 14 de abril, de acordo com o programa abaixo, tendo solicitado a indicação urgente dos Deputados que pretendem estar presentes:
  - 13.abril.2015
    - 11h00 - Visita ao Agrupamento de Escolas Rodrigues Freitas - Porto
    - 15h00 - Visita ao Agrupamento de Escolas Dr. Costa Matos – Vila Nova de Gaia
  - 14.abril.2015
    - 10h30 - Visita ao Agrupamento de Escolas de Caneças
- 3.6. Foram apreciados os relatórios das audiências/audições abaixo. Após a intervenção da Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD), foi decidido adiar a apreciação do relatório da audiência concedida ao CEFITEC, por terem sido introduzidas alterações, por parte da Sra. Deputada Maria José Castelo Branco (PSD). Não se registou qualquer alteração relativamente ao relatório da audição da FNE

- Relatório da audição concedida pelo GT da Indisciplina em Meio Escolar à Federação Nacional de Educação (FNE);
- Relatório da audiência concedida pelo GT/Ciência ao Centro de Física e Investigação Tecnológica, CEFITEC.

3.7. O Sr. Presidente submeteu à consideração dos Deputados a marcação, na manhã do dia 15 de abril, das três audições em falta sobre a existência em Portugal de inúmeros jovens jogadores estrangeiros, em situação de irregularidade de residência e de trabalho, tendo sido consensualizado o seguinte calendário:

- 09h30 - Associação dos Jogadores de Futebol não Profissional;
- 10h30 - Associação Portuguesa de Direito Desportivo;
- 11h30 - Liga Portuguesa de Futebol Profissional.

3.8. Transmitiu ainda que foi rececionado um convite para a tomada de posse da direção da Associação Portuguesa de Ensino Superior Privado (APESP), a ter lugar no dia 10 de abril, às 17h00, em Paredes. Não podendo estar presente, referiu que iria diligenciar junto dos Vice-Presidentes, no sentido de se assegurar a representação da Comissão.

3.9. Por último, informou que foi solicitada a sua presença na apresentação do livro “Ramada Curto: republicano, socialista, laico”, no dia 15 de abril, em representação da Sra. Presidente da Assembleia da República. Não podendo estar presente, referiu que iria indagar se algum dos Srs. Vice-Presidentes poderia assegurar essa representação.

#### **4. Audiência ao Conselho Nacional de Ética e Deontologia Médicas da Ordem dos Médicos - 15h00**

Os representantes do Conselho Nacional de Ética e Deontologia Médicas da Ordem dos Médicos – Doutora Heloísa Santos e Doutor Manuel Mendes Silva – fizeram uma breve exposição da temática que justificou o pedido de audiência, cujo documento pode ser consultado na [página internet da Comissão](#), sublinhando a necessidade de se fazer cumprir a lei, tendo em vista a proteção e salvaguarda das crianças.

Interveio, de seguida, a Sra. Deputada Margarida Almeida (PSD), que salientou a importância da proteção das crianças, lembrando que os maus tratos na infância podem deixar sequelas para o resto da vida. Afirmou que o Governo tem demonstrado sensibilidade relativamente a esta matéria, sendo que a legislação que está a preparar prevê o agravamento de penas e a criação de um registo. Colocou ainda algumas questões, nomeadamente, sobre o posicionamento em relação à proposta de lei que está em discussão na 1.ª Comissão, e solicitou ainda propostas concretas no sentido de aumentar a eficácia das medidas de proteção à criança.

O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves (PS) considerou que se trata de um problema de cumprimento da lei e lembrou que se encontram em discussão, no Parlamento, os estatutos das ordens profissionais, considerando que poderia ser uma oportunidade de se prever a agilização das penas e de permitir às ordens dar cumprimento à lei. Relativamente à proposta de lei do Governo, entende que falha o alvo: o crime não é a pedofilia mas o abuso de menores e, por outro lado, abrem-se portas à exposição de dados, lembrando os casos de justiça popular nos Estados Unidos da América. Terminou, sublinhando que se dá um falso sentimento do conforto, quando o problema é mais grave no contexto familiar, e considerou fundamental assegurar que os profissionais condenados por abuso de menores fiquem inibidos de trabalhar com crianças.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) cumprimentou a delegação e considerou que as questões expostas são questões muito sensíveis. Registou, com muito agrado, o facto de não se conhecerem casos recentes de abuso de crianças em estabelecimento de ensino e terminou, referindo que terá oportunidade de questionar o Governo sobre a aplicação da Lei n.º 113/2009 no contexto educativo, lembrando que as iniciativas legislativas atrás referidas se encontram em discussão na 1.ª Comissão.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A Sra. Deputada Rita Rato (PCP) considerou que a exploração e o abuso de menores constitui um crime hediondo, devendo ser tomadas medidas que permitam erradicar esta forma de violência. Referiu que o PCP tem vindo a apresentar propostas no âmbito da defesa dos direitos da criança, entendendo que é preciso ir mais longe, e apresentou o exemplo das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, que não têm capacidade para acompanhar estas situações. Colocou, por fim, algumas questões, nomeadamente sobre a evolução destes casos nos vários relatórios divulgados.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) considerou que o fundamental é fazer cumprir a lei e reforçar a legislação existente, através do regime sancionatório. Lembrou a questão do setor privado, considerando essencial que se encontre uma forma de ultrapassar este problema, e terminou, anunciando que o BE vai apresentar um conjunto de propostas que permitam reforçar a legislação atual.

A Sra. Deputada Heloísa Apolónia (PEV) agradeceu aos representantes do Conselho Nacional de Ética e Deontologia Médicas da Ordem dos Médicos, por terem trazido o assunto à Comissão, entendendo que foi muito esclarecedor.

Os representantes do Conselho Nacional de Ética e Deontologia Médicas agradeceram a receptividade e afirmaram desconhecer os textos que estão em discussão no Parlamento sobre esta matéria, acompanhando apenas o que sai na comunicação social. Relativamente ao registo, tal como está previsto atualmente, entendem que funciona como qualquer outro, ficando apenas disponível para a justiça. A este propósito, lembraram o caso de outros países, onde que se vai bastante mais além, nomeadamente recorrendo a testes de ADN.

Consideraram ainda que uma visão protetora das pessoas que cometem este tipo de crimes prejudica as crianças e defenderam a criação de uma figura proactiva em Portugal, que funcionasse com um “Provedor da Criança”.

Terminaram, reafirmando a necessidade de se impedir o contacto dos profissionais condenados por abuso de crianças, nomeadamente das áreas da saúde e da educação, com crianças, chamando a atenção para a taxa de reincidência da pedofilia, que é muito elevada.

A documentação da audiência encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

**5. [Projeto de Lei n.º 812/XII/4ª \(PS\)](#)** Define um regime de pagamento faseado das propinas devidas pelos estudantes do ensino superior e cria um regime especial de pagamento por beneficiários de bolsas de ação social, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto.

O Sr. Deputado Duarte Marques (PSD) apresentou o parecer, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

**6. [Petição n.º 487/XII/4ª](#) da iniciativa de Duarte Alvelos Bénard da Costa** “Tolerância corretiva para a não utilização do Acordo Ortográfico de 1990 nos exames nacionais”.

Apreciada a nota de admissibilidade, a Petição foi admitida por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV. Cabe ao PCP a indicação do relator.

**7. [Petição n.º 489/XII/4ª](#) da iniciativa de Ricardo Filipe do Souto Teixeira** “Em defesa, salvaguarda e reabilitação do Castelo de Monforte de Rio Livre em Chaves”.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Apreciada a nota de admissibilidade, a Petição foi admitida por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV. Cabendo ao PSD a indicação do relator, foi designada a Sra. Deputada Manuela Tender.

**8. PROPOSTA DE DECISÃO DO CONSELHO** Relativa à assinatura, em nome da União Europeia, da Convenção do Conselho da Europa sobre a Manipulação de Competições Desportivas no que diz respeito a questões não relacionadas com o direito penal substantivo e com a cooperação judiciária em matéria penal – **COM (2015) 84**

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) apresentou o parecer, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

**9. Relatório da participação de membros da CECC na reunião interparlamentar "Empowering women and girls through education" em Bruxelas 5 de março de 2015**

A Comissão apreciou o relatório, não se tendo registado quaisquer observações sobre o mesmo.

**10. Outros assuntos**

Não se registaram outros assuntos.

**11. Data da próxima reunião**

08 de abril de 2015

14 de abril de 2015

A reunião foi encerrada às 16:30 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 07 de abril de 2015

**O PRESIDENTE**

**(Abel Baptista)**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista  
Acácio Pinto  
Amadeu Soares Albergaria  
Carlos Enes  
Duarte Marques  
Elza Pais  
Helóisa Apolónia  
Inês de Medeiros  
Isilda Aguincha  
João Prata  
Luís Fazenda  
Margarida Almeida  
Maria Conceição Pereira  
Maria da Conceição Caldeira  
Maria José Castelo Branco  
Michael Seufert  
Nilza de Sena  
Odete João  
Paulo Cavaleiro  
Pedro Delgado Alves  
Pedro Pimpão  
Rita Rato  
Rui Pedro Duarte  
Adelaide Canastro  
Agostinho Santa  
Ana Sofia Bettencourt  
Diana Ferreira  
Maria Ester Vargas